

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Itu

FORO DE ITU

2ª VARA CÍVEL

Rua Luiz Bolognesi, s/nº, Sala 02, Brasil - CEP 13301-390, Fone: (11) 2550-5360, Itu-SP - E-mail: itu2cv@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**DECISÃO**

Processo Digital nº: **1008195-40.2021.8.26.0286**
 Classe - Assunto: **Recuperação Judicial - Concurso de Credores**
 Requerente: **Savioli Comercio de Frutas Ltda Epp "em Recuperação Judicial" e outro**
 :

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Karla Peregrino Sotilo

Vistos.

O Administrador Judicial se manifestou favoravelmente ao plano de recuperação judicial modificado apresentado pela recuperanda (fls. 5062/5093), ressaltando o cumprimento dos requisitos previstos na Lei nº 11.101/2005.

Havendo oposição ao plano apresentado, foi convocada assembleia geral de credores, realizada em 05/10/2022, em continuação a segunda convocação, por meio de plataforma virtual, onde foi aprovado o plano de pagamento pela maioria dos credores presentes, nos dois cenários propostos, conforme autorizado pela decisão de fls. 4945/4947 (fls. 5152/5180):

CENÁRIO 01

ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES (BASE DE VOTAÇÃO)			
Classe	Nº. Total de Credores (per capita)	Valor Total (em R\$)	% do Total de Créditos
I - Trabalhista	8	R\$ 147.858,94	100,00%
III - Quirografário	55	R\$ 12.421.318,47	100,00%
IV - ME/EPP	5	R\$ 17.803,78	100,00%
Total	68	R\$ 12.586.981,19	

ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES (FAVORÁVEIS)			
Classe	Nº. Total de Credores (per capita)	Valor Total (em R\$)	% do Total da Base de Votação
I - Trabalhista	8	R\$ 147.858,94	100,00%
III - Quirografário	42	R\$ 6.275.198,54	50,52%
IV - ME/EPP	5	R\$ 17.803,78	100,00%
Total	55	R\$ 6.440.861,26	

ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES (DESFAVORÁVEIS)			
Classe	Nº. Total de Credores (per capita)	Valor Total (em R\$)	% do Total da Base de Votação
I - Trabalhista	0	R\$ -	0,00%
III - Quirografário	13	R\$ 6.146.119,93	49,48%
IV - ME/EPP	0	R\$ -	0,00%
Total	13	R\$ 6.146.119,93	


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Itu
FORO DE ITU
2ª VARA CÍVEL
Rua Luiz Bolognesi, s/nº, Sala 02, Brasil - CEP 13301-390, Fone: (11) 2550-5360, Itu-SP - E-mail: itu2cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Asembleia Geral de Credores - Votação do Plano de Recuperação Judicial	
Requisitos Legais (§1º e 2º, art. 45, 11.101/2005)	Preenchimento
Majoria simples dos credores Trabalhistas, independente do valor	Aprovado
Mais da metade do valor total dos créditos Quirografários e maioria simples da classe	Aprovado
Majoria simples dos credores ME/EPP, independente do valor	Aprovado
RESULTADO	PLANO APROVADO

Asembleia Geral de Credores - Votação do Plano de Recuperação Judicial	
Requisitos Legais (§1º, art. 58, 11.101/2005)	Preenchimento
Voto favorável de mais da metade do valor de todos os créditos presentes, independentemente de classes	Aprovado
Aprovação de 2 classes de credores	Aprovado
Voto favorável de mais de 1/3 dos credores Trabalhistas	Aprovado
Voto favorável de mais de 1/3 dos credores Quirografário	Aprovado
Voto favorável de mais de 1/3 dos credores ME/EPP	Aprovado
RESULTADO	PLANO APROVADO

CENÁRIO 02

ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES (BASE DE VOTAÇÃO)			
Classe	Nº. Total de Credores (per capita)	Valor Total (em R\$)	% do Total de Créditos
I - Trabalhista	8	R\$ 147.858,94	100,00%
III - Quirografário	55	R\$ 10.851.644,35	100,00%
IV - ME/EPP	5	R\$ 17.803,78	100,00%
Total	68	R\$ 11.017.307,07	

ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES (FAVORÁVEIS)			
Classe	Nº. Total de Credores (per capita)	Valor Total (em R\$)	% do Total da Base de Votação
I - Trabalhista	8	R\$ 147.858,94	100,00%
III - Quirografário	42	R\$ 6.275.198,54	57,83%
IV - ME/EPP	5	R\$ 17.803,78	100,00%
Total	55	R\$ 6.440.861,26	

ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES (DESFAVORÁVEIS)			
Classe	Nº. Total de Credores (per capita)	Valor Total (em R\$)	% do Total da Base de Votação
I - Trabalhista	0	R\$ -	0,00%
III - Quirografário	13	R\$ 4.576.445,81	42,17%
IV - ME/EPP	0	R\$ -	0,00%
Total	13	R\$ 4.576.445,81	

Asembleia Geral de Credores - Votação do Plano de Recuperação Judicial	
Requisitos Legais (§1º e 2º, art. 45, 11.101/2005)	Preenchimento
Majoria simples dos credores Trabalhistas, independente do valor	Aprovado
Mais da metade do valor total dos créditos Quirografários e maioria simples da classe	Aprovado
Majoria simples dos credores ME/EPP, independente do valor	Aprovado
RESULTADO	PLANO APROVADO

Asembleia Geral de Credores - Votação do Plano de Recuperação Judicial	
Requisitos Legais (§1º, art. 58, 11.101/2005)	Preenchimento
Voto favorável de mais da metade do valor de todos os créditos presentes, independentemente de classes	Aprovado
Aprovação de 2 classes de credores	Aprovado
Voto favorável de mais de 1/3 dos credores Trabalhistas	Aprovado
Voto favorável de mais de 1/3 dos credores Quirografário	Aprovado
Voto favorável de mais de 1/3 dos credores ME/EPP	Aprovado
RESULTADO	PLANO APROVADO

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Itu

FORO DE ITU

2ª VARA CÍVEL

Rua Luiz Bolognesi, s/nº, Sala 02, Brasil - CEP 13301-390, Fone: (11) 2550-5360, Itu-SP - E-mail: itu2cv@tjstj.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

O Administrador Judicial se manifestou pela homologação do plano de pagamento, com o consequente deferimento da recuperação judicial.

Breve o relatório. DECIDO.

O art. 58 da Lei nº 11.101/2005 determina a concessão da recuperação judicial ao devedor em duas hipóteses:

1ª) se o Plano de Recuperação Judicial não tiver sido impugnado por nenhum credor;

2ª) caso seja impugnado, que tenha sido aprovado pela Assembleia Geral de Credores regularmente convocada.

No caso em estudo, o plano de recuperação judicial e seus modificativos foram aprovados, por maioria, na Assembleia Geral de Credores ocorrida no dia 05/10/2022, nos dois cenários propostos.

Anoto que do ponto de vista legal, o plano de recuperação e modificativos apresentados não possuem qualquer mácula ou nulidade.

A devedora é parte legítima para o pleito formulado, nos termos do art. 1º e art. 47; encontram-se preenchidos os requisitos do art. 48 para propositura da demanda e o plano apresentado satisfaz os termos do art. 53, todos da Lei nº 11.101/05.

A convocação, instalação e deliberação em Assembleia Geral de Credores atendeu aos requisitos especificados em lei não sendo suscitada qualquer nulidade ou irregularidade.

Importante ressaltar que o controle judicial se restringe à legalidade do Plano de Recuperação Judicial, sendo atribuição da Assembleia Geral de Credores a análise da viabilidade econômica.

Nesse sentido, são os Enunciados n.º 44 e 46 da I Jornada de Direito Comercial CJP/STJ:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Itu

FORO DE ITU

2ª VARA CÍVEL

Rua Luiz Bolognesi, s/nº, Sala 02, Brasil - CEP 13301-390, Fone: (11) 2550-5360, Itu-SP - E-mail: itu2cv@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

44. A homologação de plano de recuperação judicial aprovado pelos credores está sujeita ao controle de legalidade.

46. Não compete ao juiz deixar de conceder a recuperação judicial ou de homologar a extrajudicial com fundamento na análise econômico-financeira do plano de recuperação aprovado pelos credores.

Neste contexto, não comporta acolhimento a impugnação apresentada pelo Banco Bradesco S/A (fls. 5237/5248) que se insurge contra as condições de pagamento contidas no plano aprovado pela maioria dos credores.

Desse modo, **DEFIRO** a RECUPERAÇÃO JUDICIAL às sociedades empresárias **SAVIOLI COMÉRCIO DE FRUTAS LTDA EPP** e **NOBRE COMÉRCIO DE FRUTAS LTDA EPP**, homologando o Plano de Recuperação Judicial e seus modificativos aprovados em Assembleia Geral de Credores.

A Recuperação Judicial perdurará até que se cumpram todas as obrigações previstas no Plano aprovado, que se vencerem até 02 anos após a concessão da recuperação judicial, independentemente do período de carência, nos termos do art. 61 da Lei nº 11.101/2005, com a nova redação dada pela Lei 14.112/20.

O descumprimento de qualquer obrigação prevista no Plano de Recuperação durante esse interregno acarretará a convolação da recuperação judicial em falência (artigo 61, § 1º, c/c artigo 73, inciso IV, ambos da Lei nº 11.101/2005).

Os pagamentos deverão ser efetuados diretamente aos credores, que deverão informar seus dados bancários às recuperandas, ficando vedados, desde já, quaisquer depósitos nos autos.

OFICIE-SE à JUCESP para os fins do artigo 69 da Lei nº 11.101/2005.

CIENTE da r. decisão do Superior Tribunal de Justiça nos autos do Conflito de Competência nº 190446/SP, que concedeu liminar para designar este Juízo da 2ª Vara Cível de Itu para resolver, em caráter provisório, medidas urgentes, até ulterior decisão no conflito (fls. 5181/5186).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Itu

FORO DE ITU

2ª VARA CÍVEL

Rua Luiz Bolognesi, s/nº, Sala 02, Brasil - CEP 13301-390, Fone: (11) 2550-5360, Itu-SP - E-mail: itu2cv@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Fls. 5191/5192: **DEFIRO** a habilitação do credor.
Providencie a Serventia a inserção do patrono no sistema SAJ.

CUMPRA-SE o v. Acórdão de fls. 5202/5211 que deu provimento em parte ao Agravo de Instrumento nº 2151860-48.2022.8.26.0000, para excetuar da proteção legal de que trata a parte final do §3º, do art. 49, da Lei nº 11101/05, os veículos cuja venda foi requerida pelas recuperandas, mantida em relação aos demais, apenas enquanto perdurar o "stay period".

CUMPRA-SE o v. Acórdão de fls. 5223/5233 que negou provimento ao Agravo de Instrumento nº 2145919-20.2022.8.26.0000, mantendo a prorrogação do "stay period", nos termos da nova redação do §4º, art. 6º, da Lei nº 11101/05.

Fls. 5234/5236: **CIÊNCIA** aos credores e às recuperandas acerca da relação de bens apresentada pelo Administrador Judicial que não estão sendo utilizados para desenvolvimento da atividade empresarial das recuperandas.

Fls. 5249/5250: Homologado o Plano de Recuperação Judicial não há que se falar em manutenção dos bens essenciais ou prorrogação da suspensão das ações de busca e apreensão em curso.

Os bens oriundos de contratos com cláusula de garantia fiduciária não se sujeitam aos efeitos da recuperação judicial.

Desse modo, **DEFIRO** o pleito formulado pela credora Banco Volvo (Brasil) S/A.

Int.

Itu, 06 de dezembro de 2022.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**